
Teresina Luz S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Teresina Luz S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Teresina Luz S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de



Teresina Luz S.A.

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 3 de maio de 2024.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

TERESINA LUZ S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		59.382	23.421	Circulante		43.126	39.226
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.005	357	Fornecedores	13	17.099	15.371
Contas a receber de clientes	6	4.123	2.032	Salários e encargos sociais a pagar	14	619	643
Ativo de contrato de concessão	7.1	42.435	18.002	Encargos tributários a pagar	15	395	238
Créditos tributários	8	866	654	Partes relacionadas	16	17.723	20.750
Ativos destinados à aplicação nas concessões	9	1.432	1.335	Dividendos a pagar	18.3	7.290	2.224
Adiantamentos a fornecedores	10	503	988				
Outros créditos	9	18	53				
Não circulante		137.866	129.539	Não circulante		90.717	66.596
Ativo de contrato de concessão	7.1	135.566	127.059	Fornecedores a faturar	13	87.730	65.057
Outros ativos não circulantes	11	2.128	2.256	Pis e Cofins diferidos	15	2.682	1.539
				Provisão contingências	26	305	-
Imobilizado	12	172	224	Patrimônio líquido		63.405	47.138
				Capital social	18.1	40.000	40.000
				Reserva legal	18.2	1.536	468
				Reserva de retenção de lucros	18.4	21.869	6.670
Total do ativo		197.248	152.960	Total do passivo e patrimônio líquido		197.248	152.960

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERESINA LUZ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de Prestação de Serviços		19.541	10.216
Receita de Construção (Investimentos)		33.575	17.435
Receita financeira sobre o ativo financeiro		29.363	20.694
Impostos e Contribuições		(3.109)	(2.222)
Receita operacional líquida	19	79.370	46.123
Custos dos serviços prestados	20	(53.209)	(34.474)
Custos com Materiais e Insumos na Operação		(6.794)	(6.344)
Mão de Obra na Operação		(5.340)	(4.985)
Custos com Serviços de Terceiros na Operação		(7.372)	(5.582)
Custo de Construção		(33.575)	(17.435)
Amortização do Intangível e Depreciação do Imobilizado		(128)	(128)
Lucro bruto		26.161	11.649
Receitas (despesas) operacionais		(4.972)	(5.239)
Despesas gerais e administrativas	21	(4.600)	(5.480)
Despesas comerciais		(12)	(9)
Outras receitas (despesas) operacionais		(360)	250
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		21.189	6.410
Resultado financeiro	22	142	38
Despesas financeiras		(241)	(32)
Receitas financeiras		383	70
Lucro / prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		21.331	6.448
Imposto de renda e contribuição social	23	-	248
Corrente		-	-
Diferido		-	248
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		21.331	6.696
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Reais	24	0,5333	0,1674

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERESINA LUZ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.331	6.696
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>21.331</u>	<u>6.696</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERESINA LUZ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		40.000	146	2.076	-	42.222
Lucro do exercício		-	-	-	6.448	6.448
<i>Destinação:</i>						
Constituição da reserva de retenção de lucros	15.4	-	-	4.594	(4.594)	-
Constituição reserva legal	15.2	-	322	-	(322)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	(1.532)	(1.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		40.000	468	6.670	-	47.138
Lucro do exercício		-	-	-	21.331	21.331
<i>Destinação:</i>						
Constituição da reserva de retenção de lucros	15.4	-	-	15.199	(15.199)	-
Constituição reserva legal	15.2	-	1.068	-	(1.068)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	(5.064)	(5.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		40.000	1.536	21.869	-	63.405

TERESINA LUZ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.331	6.448
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	56	43
Juros apropriados sobre tributos em atraso	13	2
Impostos diferidos	1.143	248
Provisão para contingências	305	-
Juros e correções monetárias sobre ativo financeiro	(29.363)	(20.695)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.091)	(613)
Demais contas a receber e adiantamentos	520	(916)
Ativos destinados a aplicação na concessão	(97)	414
Créditos Tributários	(321)	78
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	24.401	10.623
Encargos tributários a pagar e diferidos	266	134
Salários e encargos sociais a pagar	(24)	138
Demais contas a pagar	117	724
Caixa líquido proveniente(aplicado) nas Atividades Operacionais	<u>16.256</u>	<u>(3.372)</u>
Aquisições ao Ativo financeiro	(49.701)	(17.435)
Recebimento de ativos de contratos - CIP (Contrato de Iluminação Pública)	46.124	13.915
Aquisição de ativo imobilizado	(4)	(101)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(3.581)</u>	<u>(3.621)</u>
Acionistas		
Empréstimos partes relacionadas	(3.027)	6.416
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>(3.027)</u>	<u>6.416</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>(9.648)</u>	<u>577</u>
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	357	934
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.005	357
Redução/aumento líquido no saldo de caixa	<u>9.648</u>	<u>(577)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

TERESINA LUZ S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, que tem sede e foro na rua Guaporé, nº 2603, sala 06 e 07, Bairro Primavera, CEP 64.007-085, na cidade de Teresina, estado do Piauí.

A Companhia foi constituída em 5 de dezembro de 2019, com registro na Junta Comercial do Estado do Piauí em 16 de março de 2020. Foi constituída para execução do Contrato de PPP “Parceria Público Privada” firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal de Teresina Estado do Piauí, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão é de 20 anos, contados a partir da data de prestação dos serviços que se iniciou em setembro de 2020. Desde este início até o encerramento das demonstrações financeiras a Companhia havia instalado 98.531 (não auditado) pontos de iluminação em LED.

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoponi, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio, sob o número 0830280-47-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19. No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

Em junho de 2021, foi apresentado Recurso de Apelação pelo Consórcio Teresina Luz, o qual não foi provido pela 6º Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo-se a sentença de 1º Grau, com a publicação do Acórdão em 23/03/2022. Atualmente foi interposto Embargos Declaratórios pelo Consórcio Teresina Luz, a ser apreciado. Segundo relatório dos advogados patrocinadores da causa, a probabilidade de perda é remota, portanto, o risco de afetar as operações e resultados desta concessão e considerado baixo, principalmente em razão do provimento do Recurso de Apelação interposto pelo Consórcio Teresina Luz, que reforma a sentença proferida na Ação Anulatória de Contrato - Processo nº 0821688-77.2020.8.18.0140, que visava anular o contrato de concessão.

Em 5 de junho de 2023 foi celebrado 4º o termo aditivo com o poder concedente referente ao reequilíbrio de contrato nº 013/2020, incrementando a contraprestação de abril de 2023 a janeiro de 2024 no montante de R\$ 18.087 de ampliação de rede e de R\$ 838 de serviços de operação e manutenção.

Em 28 de dezembro de 2023, a acionista Conasa Infraestrutura realizou a venda da participação societária de 33.33% da Companhia Teresina Luz S.A. pelo valor de R\$ 39.000 para os outros dois acionistas FM Rodrigues e Cia Ltda e Brasiluz Eletrificação Eletrônica Ltda na proporção de 50% para cada um, tendo recebido em 19 de janeiro de 2024 o valor de R\$ 15.000 e o restante serão recebidos em 12 parcelas de R\$ 2.000, a partir de fevereiro de 2024.

1.1. Planos da administração

A Companhia concluiu o 1º marco de investimentos no parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PR, previsto no plano de negócio. Durante o exercício de 2022 a Administração conseguiu reduzir nos custos, e cumpriu com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros. Para o exercício de 2023,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o fluxo de caixa operacional também foi suficiente para a liquidação do passivo circulante, conseguindo reverter o capital circulante líquido negativo que era de R\$ 15.805 encerrando com capital circulante líquido positivo de R\$ 16.256. A Companhia conta com o apoio dos acionistas para manter em dia os passivos de curto prazo, conforme ocorreu durante o exercício de 2023.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 03 de maio de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

3. Ativos e passivos financeiros

3.1. Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros apenas sob a categoria de mensuração ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.6. Ativo circulante e não circulante

3.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e aplicações compromissadas, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber diretamente do poder concedente pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.3. Ativo de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP – Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

3.6.4. Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção do parque de iluminação pública da cidade de Teresina. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativo de financeiro”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.6.5. Imobilizado:

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.6.6. Perda no valor recuperável (impairment)

Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

3.7. Passivo circulante e não circulante

3.7.1. Fornecedores a faturar

A Companhia registra o saldo referente às obras executadas e reconhecidas do contrato de construção dos ativos pela empresa contratada para realização dos investimentos à medida que é realizado as medições pelos engenheiros. A contrapartida do registro de todas as medições é “custo de construção”.

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social

A companhia apresentou lucro no encerramento das demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2023, porém, a opção da Companhia foi pela apuração do lucro real anual, e assim não apresentou cálculo de IRPJ e CSLL, pois há o diferimento dos tributos na fase de investimentos do contrato de concessão.

3.7.3. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7.4. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.7.5. Resultado por Ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

3.8.1. Receitas

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

3.8.2. Receitas e despesas financeiras

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.8.3. Receitas de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de efficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

3.8.4. Receita de remuneração dos ativos de concessão:

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

3.8.5. Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.9.1. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, ou parceria público privada, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

3.9.2. Receitas de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo financeiro, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção do parque de iluminação pública.

3.9.3. Receitas a faturar

A Companhia registra sua receita na rubrica de "Contas a Receber" decorrente de faturamentos do contrato de PPP "Parceria Público Privado" com o município de Teresina-PI, onde é reconhecido a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pela prefeitura logo após o empreendimento e autorização da secretaria da fazenda do município. A Companhia realiza essas estimativas e reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa 4, e eventuais provisões em recebimentos vencidos acima de 180 dias.

4. Mudanças em políticas contábeis

4.1. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Alteração ao CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Alteração ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.2. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e que estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4.3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.972	356
Aplicação de liquidez imediata (a)	6.033	1
	<u>10.005</u>	<u>357</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 101% do CDI, comparados aos 98% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber - a faturar (*)	4.123	2.032
	<u>4.123</u>	<u>2.032</u>

(*) O grupo de “contas a receber a faturar” corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Não existem valores vencidos em relação ao ano de 2023, uma vez que as contraprestações são faturadas com a prévia autorização do poder concedente sempre no mês subsequente ao da competência, desta forma não há provisões para perdas de títulos de liquidação duvidosa reconhecidas.

7. Ativo de contrato de concessão

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de parceria público privado. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada contrato é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. Foi mantido os valores do ativo de contrato no curto prazo pela estimativa do recebimento das contraprestações de modo a não ultrapassarem 12 parcelas.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1. Composição do ativo de contrato de concessão

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo de contrato de construção		
Constituição do ativo de contrato	164.722	115.021
Juros sobre ativo de contrato	38.766	16.753
Atualização monetária sobre ativo de contrato	25.852	18.501
(-) Recebimento de principal de ativo de contrato	-	(626)
(-) Recebimento de juros de juros e atualização monetária	(51.339)	(20.714)
Adiantamento de prestadores serviços sobre ATF (*)	-	16.126
	<u>178.001</u>	<u>145.061</u>
Ativo circulante	42.435	18.002
Ativo não circulante	<u>135.566</u>	<u>127.059</u>

(*) Refere-se ao adiantamento ao prestador de serviços responsável (*EPC- Engineering, Procurement, Construction*) pelo projeto de implantação de todas as luminárias no parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI, conforme contrato de construção firmado com a Construtora Luz de Mauá Ltda.

7.2. Movimentação do ativo de contrato de concessão

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	145.061	120.846
Adições (receita de construção)	33.575	17.435
Juros e atualização financeira	29.363	20.695
Recebimento através da CIP (*)	(29.998)	(13.915)
Saldo final	<u>178.001</u>	<u>145.061</u>
TRAC (**)	19,21% a.a.	19,21% a.a.

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo de contrato.

7.3. Serviços de construção

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	49.701	17.435
Custos de construção	<u>(49.701)</u>	<u>(17.435)</u>

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos tributários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
IRRF sobre prestação de serviços a recuperar	712	579
PIS e COFINS a recuperar sobre operação	69	39
IRPJ saldo negativo	38	-
IRRF a recuperar sobre aplicação financeira	47	36
	<u>866</u>	<u>654</u>

9. Ativos destinados à aplicação nas concessões

Os estoques são ativos destinados à aplicação no contrato de parceria público privado com o Município de Teresina-PA, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ferramentas	37	22
Luminarias	200	197
Lampadas	24	68
Reatores	11	30
Reles	87	251
Postes	296	28
Fios e Cabos	250	335
Outros materiais aplicados	527	404
	<u>1.432</u>	<u>1.335</u>

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

10. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros fornecedores de serviços	503	988
	<u>503</u>	<u>988</u>

Refere-se a adiantamentos para prestadores de serviços realizados durante 2023, o qual serão liquidadas dentro do exercício de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Despesas antecipadas (Seguro Garantia)	18	53
	<u>18</u>	<u>53</u>
Não circulante		
Despesas antecipadas (Projetos e estudos) (*)	2.128	2.256
	<u>2.128</u>	<u>2.256</u>

(*) O saldo de despesas antecipadas refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, contratado pela prefeitura de Teresina-PI e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Esta despesa com o pagamento do projeto que será amortizado linearmente até o final do contrato de PPP.

12. Imobilizado

	(%) Taxa média de depreciação ao ano	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	30	(10)	20	23
Móveis e utensílios	10	22	(6)	16	18
Computadores e periféricos	10	257	(121)	136	183
		<u>309</u>	<u>(137)</u>	<u>172</u>	<u>224</u>

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

12.1. Movimentação do Imobilizado

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Máquinas e equipamentos	23	-	(3)	20
Móveis e utensílios	18	-	(2)	16
Computadores e periféricos	183	4	(51)	136
	<u>224</u>	<u>4</u>	<u>(56)</u>	<u>172</u>

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Máquinas e equipamentos	26	-	(3)	23
Móveis e utensílios	20	-	(2)	18
Computadores e periféricos	120	101	(38)	183
	<u>166</u>	<u>101</u>	<u>(43)</u>	<u>224</u>

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	1.178	985
Fornecedores - Contratos a realizar (b)	15.921	14.386
	17.099	15.371
Não circulante		
Fornecedores - Contratos a realizar (b)	87.730	65.057
	87.730	65.057
Total de fornecedores	104.829	80.428

- (a) Refere-se a fornecedores de materiais para manutenção do parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI.
- (b) Refere-se as medições das obras realizadas do prestador de serviços responsável (*EPC-Engineering, Procurement, Construction*) pelo projeto de implantação de todas as luminárias no parque de iluminação pública da cidade de Teresina-PI, conforme contrato de construção firmado com a Construtora Luz de Mauá Ltda. O contrato tem prazo para pagamento em 60 meses e não há juros remuneratórios.

14. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	127	142
Encargos sociais	95	91
Provisões de férias, 13º salário e encargos	397	410
Total de salários a pagar	619	643

15. Encargos tributários a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
PIS e COFINS corrente a recolher	-	11
Impostos retidos a recolher	395	227
	395	238
Não circulante		
PIS e COFINS diferidos (*)	2.682	1.539
	2.682	1.539

(*) Os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL diferidos referem-se ao diferimento do ativo de contrato.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas é composto por valores de adiantamento para futuro aumento de capital realizados pelos acionistas da Companhia, que serão integralizados no próximo período. Por haver a expectativa de integralização de capital e não há vencimento dos mesmos, os acionistas decidiram por não cobrar juros remuneratórios.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo Circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	6.560
Brasiluz Eletrificação e Eletrônica S.A.	8.863	7.096
FM Rodrigues e Cia Ltda	8.860	7.094
	<u>17.723</u>	<u>20.750</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores - Construtora Luz de Mauá Ltda (nota 13.b)	<u>15.921</u>	<u>14.386</u>
Passivo Não Circulante		
Fornecedores - Construtora Luz de Mauá Ltda (nota 13.b)	<u>87.730</u>	<u>65.057</u>
	<u>103.651</u>	<u>79.443</u>

17. Transações entre partes relacionadas

A acionista CONASA Infraestrutura prestava serviços administrativos compartilhados em escritório central em Londrina-PR. Estavam inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa para prestação dos serviços às investidas pela Conasa, como controladoria, contabilidade, financeiro, fiscal, suprimentos, TI, jurídico, engenharia, recursos humanos, compliance, meio ambiente e remuneração do pessoal-chave. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não matinha saldo a pagar para sua investidora (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo as despesas entre partes relacionadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas administrativas		
Conasa Infraestrutura S.A.	<u>157</u>	<u>155</u>
	<u>157</u>	<u>155</u>
Passivo		
Conasa Infraestrutura S.A.	<u>-</u>	<u>12</u>
	<u>-</u>	<u>12</u>

Não houve remuneração para a administração para os períodos avaliados pois a mesma foi remunerada pelos antigos controladores.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 40.000, representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1 (um real). Conforme mencionado na nota 1. a acionista Conasa Infraestrutura alienou suas ações aos outros dois acionistas remanescente em 28 de dezembro de 2023.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Número de ações	Valor	%	Número de ações	Valor	%
Conasa Infraestrutura S.A.	-	-	0,00%	13.200.000	13.200	33,33%
Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda	20.000.000	20.000	50,00%	13.600.000	13.600	33,33%
FM Rodrigues e Cia Ltda	20.000.000	20.000	50,00%	13.200.000	13.200	33,34%
	40.000.000	40.000	100%	40.000.000	40.000	100%

18.2. Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, desde que não exceder a 20% do capital social. No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.068 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2022) mantendo saldo de R\$ 1.536 de reserva legal.

18.3. Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. No encerramento do exercício de 2022 foi provisionado o valor de R\$ 1.532 ainda não distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia provisionou o valor de R\$ 5.064 de dividendos mínimos obrigatórios mantendo saldo total à pagar no passivo de R\$ 7.290 para os acionistas.

18.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha saldo de R\$ 6.670 de reserva de retenção de lucros. No encerramento do exercício de 2023 a Companhia constituiu o valor de R\$ 15.199 mantendo saldo de R\$ 21.869 reserva de retenção de lucros.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta sobre serviços	19.541	10.216
Receita de construção	49.701	17.435
Remuneração sobre o ativo de contrato	29.363	20.694
Impostos sobre serviços	(3.109)	(2.222)
	95.496	46.123

20. Custos sobre os serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com material aplicado	(6.794)	(6.344)
Custo com pessoal	(5.340)	(4.985)
Custo com serviços de terceiros	(7.372)	(5.582)
Custo de construção	(49.701)	(17.435)
Depreciação e amortização	(128)	(128)
	(69.335)	(34.474)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Com pessoal	(805)	(695)
Consultoria de Gestão Empresarial	(300)	(541)
Serviços compartilhados (Nota 17)	(157)	(155)
Honorários advocatícios (*)	(1.787)	(3.213)
Honorários de Engenharia	(250)	(81)
Reformas e reparos de obras civis	(165)	(27)
Impostos, taxas e contribuições	(28)	(7)
Energia, água, telefone e Internet	(142)	(108)
Alugueis de Imóveis e Equipam.	(202)	(90)
Despesas de informática	(131)	(173)
Viagens e estadias	(171)	(163)
Compra de bens de pequeno valor	(5)	(5)
Depreciação e amortização	(56)	(43)
Outras despesas	(401)	(179)
	(4.600)	(5.480)

(*) Refere-se a serviços advocatícios contratados para defesa de nulidade do contrato de concessão, conforme mencionado na nota 1.1.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	288	14
Descontos obtidos	-	51
Outras receitas	95	5
	<u>383</u>	<u>70</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre pagamento de fornecedores	(10)	(13)
Juros sobre tributos em atraso	(13)	(2)
Tarifas bancárias	(13)	(12)
Juros sobre mutuos - empresas ligadas	(189)	
Outras despesas financeiras	(16)	(5)
	<u>(241)</u>	<u>(32)</u>
Resultado financeiro	<u>142</u>	<u>38</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2023 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual, assim como em 2022. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no cálculo de imposto de renda e a contribuição social corrente não houve saldo a pagar na apuração.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>21.331</u>	<u>6.448</u>
Alíquotas nominais	34%	34%
nominais	<u>(7.253)</u>	<u>(2.192)</u>
Imposto diferido não constituído sobre Prejuízo Fiscal	6.898	1.689
Despesas Indedutíveis e outros movimentos	327	487
Imposto de renda retido na fonte e outras compensações	28	16
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	-	-
IRPJ e CSLL Correntes	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos	-	248
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>248</u>
Alíquota efetiva	<u>0%</u>	<u>-4%</u>

24. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	21.331	6.696
Média ponderada de ações em circulação	40.000.000	40.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>0,5333</u>	<u>0,1674</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de diluição.

25. Instrumentos financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor de mercado dos instrumentos financeiros se aproxima do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Categoria</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor contábil</u>
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	10.005	357
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4.123	2.032
Ativo financeiro	Custo amortizado	178.001	145.061
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	104.829	80.428
Partes relacionadas	Custo amortizado	17.723	20.750

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

25.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

25.3.1. Risco de mercado:

- a) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

25.3.2. Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- a) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.
- b) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

26. Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues no último ano estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2023, e não há processos tributários conhecidos contra a Companhia, porém, a Administração decidiu constituir a provisão sobre tributos relacionados a prestação de serviços continuados no encerramento do exercício de 2023 em R\$ 305.

A Companhia também não possui ações judiciais e administrativas de natureza cível e trabalhista, que poderiam ser consideradas como perdas possíveis ou perdas prováveis.

27. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários não receberam em 2023 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados, e a Companhia não fornece qualquer outro de benefício.

TERESINA LUZ S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
A - Total de fornecedores	104.829	80.428
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	10.005	357
C = (A - B) - Dívida líquida	94.824	80.071
D = Total do patrimônio líquido	63.405	47.138
E = (C + D) - Capital total	158.229	127.209
C/E = Índice de alavancagem financeira	59,9%	62,9%

29. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

<u>Serviços segurados</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	03/2023 a 06/2024	53.529
Despesas Extraordinárias	03/2023 a 06/2024	5.353
Danos Morais	03/2023 a 06/2024	485
Responsabilidade civil do empregador	03/2023 a 06/2024	970
Total de cobertura		60.337

Daniel Faour Auad
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *